

Os Empréstimos Excessivos para Fins Não Produtivos

Por: Carlos Alberto da Conceição Araújo

Nos últimos anos, tem havido uma crescente tendência de empréstimos excessivos para fins não produtivos, especialmente nos sectores de crédito imobiliário e consumo. Essa tendência, se permitida continuar, pode ter consequências amplas e devastadoras para as economias do mundo inteiro.

A raiz do problema é simples. Quando a diferença entre o PIB nominal e a quantidade de empréstimos para fins não produtivos se torna muito alta, pode levar à criação de uma bolha de activos. Essa bolha, se não for gerida adequadamente, pode eventualmente estourar, levando a significativas perdas financeiras e instabilidade económica.

Exemplos disso podem ser vistos ao longo da história, desde a queda do mercado de acções em 1929 até o colapso do mercado imobiliário em 2008. Em cada caso, os empréstimos excessivos para fins não produtivos criaram uma bolha de activos que eventualmente estourou, causando uma ampla perturbação económica.

Hoje, esse tendência pode ser vista em países como Portugal, Estados Unidos e Reino Unido, onde os altos níveis de empréstimos para fins não produtivos levaram à criação de bolhas imobiliárias nos mercados imobiliários. Se essas bolhas forem permitidas a continuarem sem controle, elas poderiam levar a crises bancárias que teriam consequências de longo alcance não apenas para esses países, mas também para a economia global.

Portanto, é crucial que os governos, bancos centrais e instituições financeiras tomem as medidas necessárias para gerir essa tendência e prevenir a criação de uma bolha imobiliária. Isso pode ser alcançado através de políticas de empréstimos mais rigorosas, melhores práticas de gestão de riscos e maior transparência no sector financeiro.

Em conclusão, o empréstimo excessivo para fins não produtivos, como o crédito imobiliário e de consumo, em relação ao PIB nominal é uma tendência perigosa que deve ser gerida com cuidado para evitar a criação de uma bolha de activos e a instabilidade económica subsequente. É hora de governos, bancos centrais e instituições financeiras assumirem a responsabilidade de evitar isso e proteger a economia global de mais uma crise financeira.

Luanda, 4 de Fevereiro de 2023